

Situação era pior em 82, diz Lemgruber.

Um fato lamentável, que poderá gerar um clima psicológico de incerteza e mal-estar na comunidade financeira internacional. Foi assim que o professor de economia da Fundação Getúlio Vargas, Antonio Carlos Lemgruber, interpretou ontem a suspensão da renegociação da dívida externa brasileira por falta do aval do FMI. Entretanto, ele considera que a situação atual é menos grave do que a crise de 1982, porque o Brasil tem hoje um grande volume de reservas cambiais que, tecnicamente, garantiriam seis meses sem precisar dos recursos dos bancos internacionais.

Lemgruber acha, em tese, que os US\$ 10 bilhões que o País tem em caixa no momento permitiriam uma estratégia de isolamento da comunidade financeira internacional e um endurecimento nas negociações com o FMI e com os banqueiros, mas não aconselha tal procedimento, por entender que ele está embasado em muita retórica e pouca seriedade. Exemplifica com o comportamento de países como a Argentina e o México que acabaram por fazer seus acordos a duras penas, "depois de muita literatura vã".

Segundo o economista e diretor da área de Câmbio do Banco Boavista, o Brasil precisa de créditos a curto prazo para financiar seu comércio exterior e tem uma dependência muito grande com sua extensa rede de agências bancárias no Exterior, que sustentam esse comércio. Dessa forma, Lemgruber não vê como adotar uma atitude "ousada unilateralmente" que poderia paralisar o nosso comércio exterior. Assim, não resta outra maneira a não ser viver em paz e harmonia com a comunidade financeira internacional.

Entretanto, Lemgruber faz críticas ao FMI por manter regras tão rígidas e se fixar numa numerologia que toda a comunidade financeira internacional sabia irreal. A seu ver, todos os banqueiros que acompanham a economia do Brasil sabiam que não seria possível cumprir os termos da sétima carta de intenções. Assim, essa suspensão era esperada de uma certa forma, embora não desejada nem pelo governo brasileiro nem pelos banqueiros.

O professor da FGV explicou que, em função da tradição de renegociação da dívida externa, desde agosto de 1982 virou norma o aval do FMI para fechar essas negociações. Na medida em que o Brasil não conseguiu cumprir as metas era previsível que esse aval fosse negado. Isso trará um atraso de 60 dias nas negociações, representando uma perda de aproximadamente US\$ 300 bilhões em reservas.

Destaca Lemgruber que a vinculação das metas do déficit público ao desempenho global da economia apresenta uma rigidez excessiva, pelo fato de se ater ao número trimestral, deixando pouca margem de recuperação para as autoridades governamentais.